

LINGUÍSTICA DE TEXTO DE ESPECIALIDADE:

o exemplo da Alemanha

MARIA JOANA GUIMARÃES
mguimaraes@letras.up.pt

0. Introdução

A investigação no domínio das linguagens de especialidade tem merecido uma atenção crescente em vários países, mas a Alemanha é certamente um daqueles onde este tipo de pesquisa se encontra mais avançado e consolidado¹. O objectivo da presente publicação é, partindo de algumas considerações sobre a origem e definição das linguagens de especialidade em Portugal, e tendo em conta os escassos trabalhos que lhes foram consagrados no nosso país, chamar a atenção para os benefícios que poderiam advir para a tradução de textos de especialidade, se, para além das perspectivas mais comumente adoptadas da Terminologia, da Lexicologia e da Lexicografia, entre outras, se fizesse uma maior aposta na análise das linguagens de especialidade na perspectiva da Linguística de Texto, tomando como modelo o que tem vindo a ser feito na Alemanha.

1. Origem e definição das linguagens de especialidade em Portugal

Estando ainda por fazer a história destas linguagens², é inegável que as suas raízes estão indissociavelmente ligadas ao fenómeno da evolução

¹ Veja-se, a título ilustrativo, a publicação da série *Forum für Fachsprachenforschung*, da qual Hartwig Kalverkämper é o editor e que conta já com mais de 60 volumes exclusivamente dedicados a esta matéria.

² A obra de A. Victòria / J. Brumme / C. Garriga / C. Sinner (eds.), *Traducción y estandarización. La incidencia de la traducción de los lenguajes especializados*, Madrid/Frankfurt, Iberoamericana / Vervuert, 2004, representa um passo importante nesse sentido.

do mundo do trabalho. Com o evoluir do tempo, com a organização e estruturação dos primeiros agregados populacionais e com o progressivo aumento do conhecimento e das exigências daí resultantes houve, naturalmente, uma diversificação das actividades e uma necessidade de dividir tarefas, o que, por um lado, criou, por exemplo, ao artesão a necessidade de sair de casa para as fábricas e, por outro, abriu a porta às futuras especializações. Na sequência da divisão de tarefas e da diversificação das várias actividades, que inicialmente estavam concentradas num único local de trabalho (que coincidia com a residência de quem trabalhava) e que eram desempenhadas de forma mais ou menos indiferenciada pelos vários elementos de uma família, foi-se assistindo ao longo dos tempos a uma progressiva separação entre esse mundo da residência e o mundo do trabalho tal e qual hoje o conhecemos. A independentização destes dois mundos foi simultaneamente uma separação física e uma separação de comunicação. Este afastamento da comunicação doméstica relativamente à que é própria dos locais de trabalho foi um factor determinante não só na formação das linguagens de especialidade, mas também na definição das próprias áreas de especialidade a que aquelas dizem respeito. As diversas áreas de actividade tornaram-se cada vez mais independentes e foi-se assistindo ao surgimento de uma metalinguagem e à necessidade de uma verbalização cada vez mais precisa. No domínio das Ciências, o latim foi durante muito tempo a língua de comunicação científica transfronteiriça por excelência, sendo o número de publicações em língua portuguesa muito reduzido ainda nos séculos XVI e XVII. O estatuto dominante do latim contribuiu de forma significativa para que algumas línguas nacionais, entre as quais a portuguesa, não pudessem atingir tão cedo a sua maturidade e plenitude pelo menos em algumas áreas do saber.

Em relação à língua portuguesa, também não se afigura fácil determinar o momento em que se começou a utilizar uma expressão como “língua de especialidade”, uma vez que a grande maioria das gramáticas tradicionais não aborda este tipo de linguagem, ficando-se pela distinção, aliás pouco conseguida, entre diferentes níveis de língua, como por exemplo o popular, o corrente, o familiar ou o poético³. Aquelas que abordam o tema fazem-no de um modo muito superficial⁴.

³ Cf., a título ilustrativo, J. N. Figueiredo / A. G. Ferreira, *Compêndio de Gramática Portuguesa*, Porto, Porto Editora, 1985, pp. 18-21.

⁴ Cf., por exemplo, C. Nunes / M.-L. Oliveira / M.-L. Sardinha, *Nova Gramática de Português*, Lisboa, Didáctica Editora, 1995, pp. 25-28.

Parece-me, contudo, que a escolha daquela designação – à semelhança do que aconteceu com a designação francesa *langue de spécialité*⁵ – não é alheia à opção anglo-americana. Na língua inglesa, a investigação deste tipo de linguagem foi devida, numa primeira fase, a necessidades muito específicas ligadas ao ensino do inglês como segunda língua; daí ter-se provavelmente privilegiado uma designação que remetia mais directamente para o contexto didáctico: *Language for Special/Specific Purposes* (LSP). A expressão “linguagem de especialidade” revela-se, pois, como um decalque⁶ recente da expressão francesa referida, necessário para o preenchimento de uma lacuna lexical do Português, que continua, aliás, a não incluir nos seus *curricula* escolares ou académicos, de maneira deliberada e organizada, uma disciplina dedicada a este subsistema da língua portuguesa. Mais frequentes e, pelo menos para alguns, mais familiares do que a expressão “linguagem de especialidade” serão as expressões “linguagem especial” e “linguagem técnica”, que Herculano de Carvalho⁷ descreve como uma variedade sócio-cultural e que define assim, por oposição à linguagem comum:

«As *linguagens especiais* são primeira e primordialmente as *linguagens técnicas*. Estas serão constituídas, em contraste com aquela [linguagem comum], pelo inventário léxico peculiar às diversas comunidades menores compreendidas naquela comunidade extensa, cujos componentes se encontram ligados por uma forma particular de actividade – profissional sobretudo, mas também científica ou lúdica (de arte, dos desportos, dos jogos), em termos genéricos, cultural. [...] Tais palavras, modismos, expressões fraseológicas, etc. ora são idênticas às da linguagem comum, com significação diversa ou (parcialmente) idêntica, mas usadas num sentido unívoco e bem definido, ora são peculiares e estritamente técnicas».

Tão importante talvez como esta definição é a conclusão a que o mesmo autor⁸ chega relativamente às origens destas linguagens:

⁵ Sobre o emprego desta expressão, cf. R. Kocourek, *La langue française de la technique et de la science: vers une linguistique de la langue savante*, Wiesbaden, Oscar Brandstetter Verlag, 1991, pp. 18-21.

⁶ Cf. J.-P. Vinay / J. Darbelnet, *Stylistique comparée du français et de l'anglais: méthode de traduction*, Paris, Didier, 1977 [Bibliothèque de Stylistique Comparée, 1], p. 47.

⁷ J. G. Herculano de Carvalho, *Teoria da Linguagem*, Coimbra, Coimbra Editora, 1973, p. 335.

⁸ J. G. Herculano de Carvalho, *Op. cit.*, p. 338.

«É uma necessidade tripla [...] a que faz nascer estas linguagens: a de designar conceitos desconhecidos do homem comum, porque alheios ao seu plano de agir; a de nomear (tanto quanto possível) inequivocamente, com uma precisão não consentida pela linguagem comum (onde abundam a homonímia e a polissemia) e portanto sem perigo de confusão ou equívoco; e finalmente a de referir objectivamente os objectos e processos, alheando o acto de referência de qualquer emoção ou atitude valorativa, usando para isso termos tanto quanto possível despidos de conotação.».

Apesar de devidamente identificadas, estas linguagens não foram objecto de investigação significativa, como o prova a seguinte afirmação de Paiva Boléo⁹:

«Mas não quero deixar de me referir às linguagens especiais e técnicas, próprias de uma determinada classe ou profissão. Quanto às primeiras, citei apenas a gíria militar, quer do Colégio Militar, quer a do soldado em campanha, e a gíria dos estudantes. Quanto às segundas – as linguagens técnicas – alguma coisa está feita, mas há ainda muito a estudar, tanto em relação ao presente como ao passado.».

Como aliás se deduz da definição apresentada por Herculano de Carvalho¹⁰, o léxico – talvez por ser aquele que mais “salta à vista” – é o principal elemento em foco nas escassas análises feitas, ficando por tratar outros aspectos, como, por exemplo, certas particularidades morfo-sintácticas e pragmáticas, que julgo igualmente importantes. No presente trabalho, tomei como referência a definição que Hoffmann¹¹ dá de *Fachsprache*, porque, segundo penso, é a mais completa e, por isso, mais susceptível de vir a ser adoptada universalmente:

«Fachsprache – das ist die Gesamtheit aller sprachlichen Mittel, die in einem fachlich begrenzten Kommunikationsbereich verwendet werden, um die Verständigung der dort tätigen Fachleute

⁹ M. de Paiva Boléo, «Unidade e Variedade da Língua Portuguesa» in *Estudos de Linguística Portuguesa e Românica*, Vol. 1, Dialectologia e História da Língua, Tomo I, Coimbra, Acta Universitatis Conimbricensis, 1974, p. 278.

¹⁰ J. G. Herculano de Carvalho, *Op. cit.*, p. 335. Sobre este aspecto, cf. também a nota 42 da p. 339 desta mesma obra.

¹¹ L. Hoffmann, *Vom Fachwort zum Fachtext. Beiträge zur Angewandten Linguistik*, Tübingen, Gunter Narr Verlag, 1988 [FFF 5], p. 24.

zu gewährleisten [...] Objekt der Fachsprachenforschung sind also Subsprachen, die der fachlichen Verständigung in unterschiedlich geschichteten Kommunikationsbereichen von Wissenschaft, Technik, Ökonomie, materieller Produktion, Kultur, usw. dienen. Gegenstand der Fachsprachenforschung sind Texte, die bei der Kommunikation in diesen Bereichen entstehen, mit ihrem ganzen Bestand an Lauten bzw. Buchstaben, morphologischen Mitteln, Formativen, Wortformen, Wortverbindungen, und Textkonstituenten höherer Ordnung. Mit anderen Worten: Die Fachsprachenforschung hat es mit der Aktualisierung der Zeichen des sprachlichen Gesamtsystems in Fachtexten zu tun»¹².

2. A investigação das linguagens de especialidade em Portugal

Um dos primeiros trabalhos que de certa forma se ocuparam das linguagens de especialidade no nosso país tem curiosamente o título «Palavras e Coisas» (em alemão *Wörter und Sachen*)¹³. Trata-se de um artigo da autoria de Francisco Adolfo Coelho¹⁴, publicado na *Revista Lusitana*, de que Leite de Vasconcelos era o editor. À laia de introdução o autor escreve o seguinte:

«As Notas, cuja publicação se inicia aqui, foram coligidas pela maior parte há já anos bastante numerosos para auxílio privado de diversos estudos. Pondo-as ultimamente em certa ordem, pareceu-

¹² Tradução: «Linguagem de especialidade – é a totalidade dos meios linguísticos utilizados numa área de comunicação delimitável do ponto de vista técnico, para garantir a comunicação entre os especialistas que aí exercem a sua actividade. [...] Objecto da investigação das linguagens de especialidade são, pois, sublinguagens, que servem para a comunicação técnica em áreas de comunicação diversamente estratificadas da ciência, da técnica, da economia, da produção material, da cultura, etc. Matéria da investigação das linguagens de especialidade são textos produzidos na comunicação nestas áreas, com todo o seu inventário de sons e/ou letras, meios morfológicos, formativos, formas de palavras, combinações lexicais e constituintes textuais de ordem superior. Por outras palavras: a investigação das linguagens de especialidade tem a ver com a actualização dos signos do sistema linguístico em textos de especialidade» (J. G.).

¹³ No primeiro quartel do século XX, surgiu na Alemanha a revista e o movimento homónimo *Wörter und Sachen*, para o qual há quem reclame algum protagonismo, enquanto raiz histórico-científica da actual investigação das linguagens de especialidade, apesar de se tratar claramente de um movimento de cariz predominantemente histórico-cultural, ao qual interessava, acima de tudo, uma perspectiva etimológica e etnográfica.

¹⁴ F. A. Coelho, «Palavras e Coisas» in *Revista Lusitana*, Vol. XVII, 1914, pp. 1-16.

-me que, ainda quando não fossem completadas de modo que formassem um todo que mereça o nome de um tratado, poderiam ter algum interesse e despertar até investigações mais amplas. Tais como saiem aqui não tem outra pretensão senão a de serem apontamentos incompletos.».

Para além das indústrias de construção, com os seus principais artífices (carpinteiros, pedreiros, e alvanéis), e sem deixar de lado o registo de documentos relacionados com a produção de telha, ladrilhos e cal, o autor menciona ainda outros sectores de actividade como, por exemplo, a fiação e a tecelagem.

Ainda na *Revista Lusitana*, foi publicado em 1919 um outro artigo da autoria de Laranjo Coelho¹⁵ que revela – naturalmente entre outras coisas – que as actividades produtivas, as da ciência e das técnicas parece não terem interessado, com as suas respectivas linguagens, tanto à “sciencia da linguagem” (ou “glottologia”) como aos etnólogos e etnógrafos. É evidente que isto não significa que ilustres filólogos como, por exemplo, Carolina Michaëlis de Vasconcelos e José Leite de Vasconcelos, ou nomes talvez não tão conhecidos, que publicaram os seus textos nomeadamente na *Revista Lusitana*, não se tenham dedicado a aspectos de linguagens específicas, sobretudo numa perspectiva literária, etimológica e dialectológica. Mas seria necessário esperar mais algum tempo para que surgissem outros trabalhos que se apresentaram declaradamente também com uma vertente linguística. É o caso, por exemplo, dos textos de Maria Helena Nogueira de Morais¹⁶ sobre a dobadoira. Neste contexto, convém recordar ainda a importância de alguns trabalhos de outros etnólogos portugueses como é o caso de Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Jorge Dias sobre temas tão variados como os pisões portugueses¹⁷, os arados portugueses¹⁸ ou os sistemas de moagem¹⁹.

¹⁵ L. Coelho, «Os cardadores de Castelo de Vide – subsídios para a etnografia (indústrias) do distrito de Portalegre» in *Revista Lusitana*, Vol. XXII, 1919, pp. 170-196.

¹⁶ M. H. N. Morais, «A dobadoira. Estudo linguístico, etnográfico e folclórico» in *Revista Portuguesa de Filologia*, Vol. VII, 1955, pp. 129-249, e também M. H. N. Morais, «A dobadoira. Estudo linguístico, etnográfico e folclórico» in *Revista Portuguesa de Filologia*, Vol. VIII, 1957, pp. 61-152.

¹⁷ V. de Oliveira / F. Galhano, *Tecnologia Tradicional. Pisões Portugueses*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos de Etnologia, 1977.

¹⁸ J. Dias, *Os Arados Portugueses e as suas Prováveis Origens*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.

¹⁹ V. de Oliveira / F. Galhano / B. Pereira, *Tecnologia Tradicional Portuguesa. Sistemas de Moagem*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos de Etnologia, 1983.

Depois de Cintra²⁰ ter chamado a atenção para o reduzido número de textos portugueses não literários que tivessem sido estudados por linguistas e de ter, com isso, sugerido que haveria aí um filão a explorar, poucos foram, no entanto, aqueles que se dedicaram à análise das linguagens de especialidade. Além disso, os trabalhos existentes, salvaguardando alguma exceção²¹, para além de estarem um pouco dispersos, carecem de serem atribuídos a uma classificação que os coloque no conjunto dos textos dedicados a linguagens específicas.

A título de exemplo, refiro o trabalho de Herculano de Carvalho²², curiosamente também ele intitulado «Coisas e Palavras», sobre os primitivos sistemas de debulha na Península Ibérica. Mas continua a ser um trabalho acima de tudo de carácter etnográfico, enquadrando-se numa série de estudos dialectológicos levados a cabo pelo autor.

Já muito mais recentemente e sob uma perspectiva diacrónica, Verdelho²³ oferece-nos uma boa visão panorâmica das terminologias na língua portuguesa, chamando a atenção para aspectos como a génese e a configuração linguística das designações científicas e técnicas, a dicionarização dos tecnoletos ou ainda para a linguagem das ciências e das técnicas na memória textual portuguesa.

Se se comparar o trabalho feito, por exemplo, na área da dialectologia e da análise das linguagens populares com o que existe no domínio das linguagens de especialidade, o desequilíbrio torna-se ainda mais evidente²⁴.

²⁰ L. F. L. Cintra, «Les anciens textes portugais non littéraires. Classement et bibliographie» in *Revue de Linguistique Romane*, XXVII, Centre National de la Recherche Scientifique, 1963, pp. 40-58. [Reeditado in I. H. Faria (org.), *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa, Cosmos, 1999, pp. 199-231]. Este autor realizou trabalhos na área da historiografia medieval portuguesa, dos dialectos portugueses e dos textos medievais portugueses não-literários, mas, mesmo neste último domínio, o seu objectivo foi, acima de tudo, encontrar informações sobre a linguagem utilizada nas diferentes regiões do território português.

²¹ Veja-se, por exemplo, A. Franco, «O Livro de Alveitaria do Mestre Giraldo» in L. A. da Fonseca / L. C. Amaral / M. F. F. Santos (coord.), *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Baquero Moreno*, Porto, Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 209-217.

²² J. G. Herculano de Carvalho, «Coisas e Palavras: alguns problemas etnográficos e linguísticos relacionados com os primitivos sistemas de debulha na Península Ibérica» in *Biblos*, vol. XXIX, Coimbra, Biblos, 1953, pp. 1-365.

²³ T. Verdelho, «Terminologias na Língua Portuguesa. Perspectiva diacrónica» in *Actes del Colloqui La història dels llenguatges iberoromànics d'especialitat (segles XVII-XIX)*, Barcelona, Universitat Pompeu Fabra, 1998, pp. 89-131.

²⁴ Cf., a título ilustrativo, a bibliografia da obra de E. Verdelho, *Linguagem Regional e Linguagem Popular no Romance Regionalista Português*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1982.

Mais recentemente têm surgido numerosos trabalhos na área da Terminologia²⁵, cujo objecto de estudo são, sem dúvida, as linguagens de especialidade, e que partem de *corpora* de textos de especialidade, mas aparentemente o plano lexical continua a dominar, mantendo-se como principal preocupação o levantamento e identificação de termos, frequentemente, com o objectivo de elaborar dicionários especializados. O recurso à Linguística do Texto de Especialidade (*Fachtextlinguistik*), apesar dos interessantes resultados que tem permitido obter na Alemanha²⁶, continua a não ser devidamente explorado entre nós.

3. A Linguística do Texto de Especialidade na Alemanha e o modelo de Göpferich

À semelhança do que aconteceu com a Linguística de Texto, a investigação das linguagens de especialidade ultrapassou também há algum tempo a descrição de características linguísticas nos planos da morfologia, do léxico, da fraseologia e da sintaxe, fixando-se no plano textual. É assim que se tornou habitual utilizar textos completos como ponto de partida para qualquer estudo nesta área.

Hoffmann²⁷ fala não só numa tendência geral dentro da Linguística, mas também em necessidades específicas da análise das linguagens de especialidade como estando na origem desta transição: ao aspecto da língua como sistema sobrepõe-se o seu aspecto accional, e, além disso, a função comunicativa da linguagem exige uma atenção cada vez maior, por oposição à sua função denominativa.

Uma vez reconhecida a importância do texto como ponto de partida, Hoffmann apresenta uma proposta de análise de texto cumulativa (*kumulative Textanalyse*), que tem como objectivo o apuramento sistemático e tanto quanto possível completo das diferenças significativas entre os diversos géneros de texto existentes na comunicação de especialidade. Esta análise representa a integração de todas as características relevantes

²⁵ A título de exemplo, veja-se o número de publicações constantes do site da Associação de Informação Terminológica (<http://www.ait.pt/index2.htm>).

²⁶ Cf., por exemplo, os trabalhos de R. Gläser, *Fachtextsorten im Englischen*, Tübingen, Gunter Narr Verlag, 1990 [FFF 13], K.-D. Baumann, *Integrative Fachtextlinguistik*, Tübingen, Gunter Narr Verlag, 1992 [FFF 18], e S. Göpferich, *Textsorten in Naturwissenschaft und Technik: Pragmatische Typologie – Kontrastierung – Translation*, Tübingen, Gunter Narr Verlag, 1995 [FFF 27].

²⁷ L. Hoffmann, *Op. cit.*, p. 108.

e distintivas nos vários planos da hierarquia linguística, começando pela macroestrutura, passando pela sintaxe e pelo léxico até às categorias gramaticais e aos morfemas que as representam.

Baumann²⁸, por seu turno, defende uma Linguística de Texto de Especialidade que seja integrativa (*integrative Fachtextlinguistik*), pois considera que para se proceder à classificação dos textos de especialidade tem de haver uma abordagem que integre as metodologias de diferentes disciplinas, desde a Sociolinguística, à Terminologia, passando pela Psicologia e a Teoria dos Actos de Fala, entre outras.

Göpferich²⁹, que apoia os pontos de vista de Hoffmann e Baumann, divide os objectos da análise de texto em elementos externos ao texto (*Textexterna*) e elementos internos ao texto (*Textinterna*); dos primeiros fazem parte, por exemplo, a função de um determinado texto e a relação emissor/receptor. A mesma autora considera que a classificação de textos baseada em critérios intratextuais tem a desvantagem de não permitir reconhecer com suficiente nitidez as características comuns a géneros de texto muito próximos, não sendo além disso possível estabelecer uma hierarquia de critérios; sugere, assim, que se parta dos factores extratextuais para todo e qualquer tipo de classificação.

Lux³⁰, um pouco na mesma linha, afirma mesmo a supremacia dos factores externos, uma vez que é de opinião que será a intenção comunicativa e as características situacionais que determinam os elementos linguísticos internos ao texto.

Na obra já referida, Göpferich recorre a uma abordagem comunicativo-pragmática para proceder a um levantamento das características dos géneros de textos de especialidade das ciências e da técnica e verificar quais dessas características são ou não convencionais e até que ponto determinam a função comunicativa do texto e influenciam a eficiência da comunicação. Para proceder a este estudo, Göpferich tomou como ponto de referência textos oriundos de uma área muito bem definida e limitada, que é a da mecânica automóvel, tornando-se assim naturalmente mais difícil a aplicação integral do seu modelo a textos provenientes de outras áreas.

²⁸ K.-D. Baumann, *Op. cit.*

²⁹ S. Göpferich, *Op. cit.*

³⁰ F. Lux, *Text, Situation, Textsorte. Probleme der Textsortenanalyse, dargestellt am Beispiel der britischen Registerlinguistik. Mit einem Ausblick auf eine adäquate Textsortentheorie*, Tübingen, Gunter Narr Verlag, 1981 [Tübinger Beiträge zur Linguistik 172], p. 35.

Para além de ser um modelo desenvolvido sob uma perspectiva sincrónica, dada a natureza dos textos que lhe servem de *corpus*, é um modelo vinculado à tipologização de textos e à sua classificação.

Na parte inicial do seu trabalho, dedicada aos princípios teóricos, e partindo da divisão de Reiß / Vermeer³¹, Göpferich³² subdivide os textos informativos em quatro tipos diferentes: textos jurídico-normativos (*juristisch-normativ*), textos de actualização orientados para o progresso (*fortschrittsorientiert-aktualisierend*), textos de compilação de saber (*wissenszusammenstellend*) e textos didáctico-instrutivos (*didaktisch-instruktiv*), dos quais fazem parte os textos que transmitem conhecimento teórico de forma unidireccional (em oposição aos bidireccionais como os manuais de instruções, textos mais apelativos).

Göpferich começa por abordar a descrição dos géneros de texto através de critérios extratextuais, identificando, neste contexto, como factores determinantes, a função textual, a relação entre emissor e receptor determinada pelo seu estatuto individual e social, o enquadramento do texto no espaço e no tempo e formas de ocorrência/produção e recepção. Segue-se a análise dos géneros de texto recorrendo a critérios intratextuais; aqui, surge em primeiro lugar a análise da macroestrutura textual, que a autora define como o esquema convencionalizado de organização de um texto. De seguida, a autora passa à análise dos actos de fala (usados nos géneros de texto) e sua frequência; depois da sua classificação e delimitação, identifica os meios linguísticos envolvidos na execução de actos directivos, por serem aqueles que mais lhe interessam (devido ao *corpus* de textos que estudou). No passo seguinte, estuda o grau de envolvimento das pessoas no texto, i.e., a presença ou não do emissor e do receptor. Debruça-se ainda sobre elementos metalinguísticos tais como definições e introdução de novos termos, de sinónimos, fórmulas e abreviaturas, etc. e ainda sobre os elementos meta-comunicativos como os comentários e recapitulações, as legendas de gravuras, etc. Por último, trata de particularidades específicas de natureza sintáctica como, por exemplo, a frequência do recurso à voz passiva, a tendência para a nominalização ou a complexidade sintáctica.

³¹ K. Reiß / H. J. Vermeer, *Grundlegung einer allgemeinen Translationstheorie*, Tübingen, Gunter Narr, 1984 [Linguistische Arbeiten 147], p. 206ss..

³² S. Göpferich, *Op. cit.*, p. 124ss..

4. Vantagens da adoção da perspectiva da Linguística de Texto na análise de textos de especialidade: o caso da Tradução

Se é certo que quando surgiram os primeiros textos passíveis de ser classificados como textos de especialidade, os recursos à disposição dos seus autores/produtores eram ainda muito escassos e se confinavam sobretudo ao plano lexical, a verdade é que, com o evoluir dos tempos, eles se foram tornando cada vez mais numerosos e diferenciados. Refiro, a título de exemplo, a exploração de elementos metacomunicativos e metalinguísticos ao serviço da coesão e coerência textuais. Julgo que o tipo de análise que tem sido feita em Portugal, “teimosamente” presa ao léxico e remetendo para segundo plano todos os outros domínios de análise textual não faz verdadeiramente justiça àquilo que é acima de tudo uma forma especial de usar a língua, que decorre daquela que cada autor/produtor considera ser a principal função comunicativa do seu texto de especialidade. E é essa função comunicativa da linguagem que Hoffmann³³ vê como a pedra angular de toda e qualquer definição de linguagem de especialidade.

Também no contexto da tradução de linguagens de especialidade, e provavelmente também por ser o factor que mais rapidamente salta à vista, o vocabulário de especialidade é referido como o principal problema a resolver. Esta constatação – com toda a certeza merecedora do apoio da maioria dos estudantes de Tradução – embora possa ser muitas vezes justificada, não deixa de ser precipitada. Os aspectos terminológicos (no sentido lexical) – tantas vezes identificados como a principal dificuldade na tradução de textos de especialidade – são, a meu ver, e certamente a de quem se ocupa de forma mais aprofundada da tradução de textos de especialidade, apenas um dos obstáculos a ultrapassar. Quanto mais enraizado um texto está num determinado ramo de saber, i.e., quanto mais rico ele é em traços de especialidade, tanto mais crucial se torna para o seu tradutor identificá-los de modo claro e inequívoco na Língua de Partida e saber qual a forma como habitualmente eles se manifestam nesse mesmo tipo de texto de especialidade na Língua de Chegada.

Importa neste contexto desde já chamar a atenção para o facto de nem sempre o destinatário final de uma tradução estar preparado para aceitar certas adaptações que o tradutor tem necessariamente de fazer, para que o Texto de Chegada possa ser um texto de especialidade “genuíno” da Língua de Chegada; infelizmente são ainda muitos os clientes

³³ L. Hoffmann, *Op. cit.*

que se sentem enganados quando não conseguem identificar a mesma estrutura no Texto de Partida e no de Chegada. Independentemente de a situação real ser muitas vezes bem distinta daquela que seria a situação ideal, o tradutor deverá, sempre que isso lhe for possível, levar a cabo esse trabalho de análise e de posterior adaptação do texto às exigências da Língua e da Cultura de Chegada.

Na tentativa de ilustrar de modo mais concreto um ou outro dos aspectos que entendo que devem ser caracterizados como traços de especialidade que se enquadram na perspectiva de análise da Linguística de Texto, chamo a atenção para um fenómeno recorrente em textos técnico-científicos e textos académicos: as definições. Clyne³⁴ procedeu a uma análise comparativa entre textos académicos escritos em inglês por falantes nativos e por falantes de língua materna alemã, concluindo, de forma muito interessante, que os falantes do alemão são capazes de utilizar um termo um elevado número de vezes antes de apresentarem a sua definição, chegando até muitas vezes a prescindir dessa definição formal, para deixar que o termo seja definido pela sua utilização num determinado contexto. Infelizmente, este é um domínio ainda quase inexplorado no que se refere à língua portuguesa. Seria certamente muito útil para os tradutores terem conhecimento de diferenças deste tipo entre a Língua e a Cultura de Partida e as de Chegada. Há, nesta área, muitas questões para as quais se deveria encontrar uma resposta: o que será que é mais comum nos textos técnico-científicos em português: definições por via semasiológica ou onomasiológica? Será que o público-alvo desses textos está disposto a abdicar de uma definição formal? Quais serão as suas expectativas quanto ao momento em que a definição deve surgir no texto?

Ainda na mesma perspectiva e tendo sempre como pano de fundo o trabalho de tradução, há um outro exemplo que julgo merecedor de alguma atenção, uma vez que demonstra bem qual o tipo de abordagem que o tradutor tem de adoptar face a um texto de especialidade: é muito frequente os tradutores que trabalham a partir do alemão, apontarem a forte tendência para a nominalização existente nos textos de língua alemã como um obstáculo difícil de contornar. Esta tendência é consequência de um fenómeno muito característico da formação de palavras na língua alemã. Sendo obrigação do tradutor conhecer as estruturas linguísticas mais frequentes da Língua de Partida, cabe-lhe também dominar as estru-

³⁴ M. Clyne, «Cultural Differences in the Organization of Academic Texts» in *Journal of Pragmatics*, 11, No. 2, 1987, pp. 211-241.

turas fundamentais da Língua de Chegada para poder encontrar os recursos adequados que lhe permitam estabelecer uma correspondência plena entre os dois textos. Não serão as construções com verbo-suporte neste caso um instrumento útil para fazer face a esta situação concreta? As construções com verbo-suporte representam, como se sabe, um tipo específico de predicado complexo, composto por um formativo verbal, o verbo-suporte, e um nominal, um nome predicativo, que pode estar ou não ligado ao verbo por uma preposição. Dada a sua natureza, estas construções são geralmente integradas tanto no Léxico como na Sintaxe³⁵. Mas mais importante do que a sua filiação é sem dúvida o facto de o recurso a este tipo de construção permitir, a nível sintáctico, obter uma maior versatilidade (adjectivação, uso de determinantes possessivos e quantificadores, restrição do significado do nome predicativo através de frases relativas, etc.) do que aquela que é conseguida por meio da utilização do verbo pleno correspondente (transcrever/fazer a transcrição), ao mesmo tempo que, a nível semântico, permite muitas vezes imprimir maior precisão a um determinado enunciado (as construções com verbo-suporte definem melhor a natureza do estado de coisas, reforçando o carácter estativo ou processual do predicado). Por último, e já a um nível comunicativo, estas construções possibilitam um alongamento do predicado, contribuindo assim para uma maior eficácia informativa. (A expressão “colocar em funcionamento”, por exemplo, faz realçar, de forma inegável, a fase de preparação do processo propriamente dito). No conjunto das construções com verbo-suporte, as preposicionadas permitem ainda a caracterização de diferentes tipos de modos de acção. A capacidade referencial “direccional” ou “locativa” da preposição é aproveitada e, de certa forma, colocada ao serviço da diferenciação temporal dos processos, do seu faseamento cronológico. Assim, contraria-se uma certa rigidez estática própria do estilo mais rico em substantivos abstractos. Verbos como “colocar”, “pôr”, “entrar”, “estar”, etc. são verbos aos quais associamos noções de espaço e que passam a contribuir para uma conotação temporal em expressões como “pôr em marcha” ou “entrar em movimento”). Conceitos como *funcionamento*, *expressão*, *consciência*, *evolução*, *movimento*, entre tantos outros, são nomes abstractos que designam processos, acções e estados e que se encontram no centro da terminologia formal da metodologia científica. O recurso a verbos-suporte

³⁵ A este propósito, cf., por exemplo, Athayde, «Construções com verbos-suporte estativos-cursivos no Português e no Alemão. Uma visão contrastiva» in *Runa. Revista Portuguesa de Estudos Germanísticos*, 26, 1997, pp. 737-48.

e preposições para a caracterização dos diferentes tipos de processo representa uma ferramenta linguística necessária e muito útil não só ao autor/produzidor de textos técnico-científicos, mas também ao seu tradutor. Neste caso concreto, e ao recorrer às construções com verbo-suporte para compensar a menor flexibilidade da língua portuguesa relativamente à possibilidade de formação de substantivos compostos, o tradutor está a servir-se de fenómenos do domínio da Sintaxe e do Léxico para enfrentar um problema que tem a sua origem no domínio da Morfologia da língua alemã.

Mais uma vez, se houver, por parte do tradutor, uma consciência viva das diferentes formas de usar uma língua que caracterizam as diversas linguagens de especialidade e que são predominantes num determinado tipo de texto, ser-lhe-á mais fácil apresentar soluções de tradução que se enquadrem tão bem na Língua de Chegada como os textos originais na Língua de Partida. O processo de tradução não é linear, uma vez que as línguas não são simétricas e não há entre elas uma correspondência total. Cumpre ao tradutor, através da aplicação de conhecimentos que têm forçosamente de ser transversais, proceder às compensações necessárias para que os dois textos sejam equilibrados e fiéis às tradições da língua em que se inserem.

5. Conclusão

Apesar de num trabalho desta índole, que toca aspectos tão diversos, nem sempre ser fácil aprofundar tanto quanto seria de desejar cada uma das matérias abordadas e apesar de ficar sempre muito por tratar, espero ter contribuído para chamar a atenção para a necessidade de dar maior importância à análise das linguagens de especialidade portuguesas e de ter conseguido também, ainda que de forma breve, demonstrar os benefícios que daí poderiam advir para a qualidade do trabalho dos tradutores que se ocupam da tradução de textos de especialidade. O tradutor tem de assumir o papel de perito de produção textual e para que tal seja possível é necessário apostar cada vez mais na investigação nos domínios da Linguística de Texto de Especialidade e consequentemente na tipologização desses mesmos textos.